

ALEXANDRE TORRES PETRY

ECOLOGIA DE SABERES JURÍDICOS

EDUCAÇÃO JURÍDICA REFLEXIVA,
CRÍTICA E FOCADA NOS
DIREITOS HUMANOS



PAIXÃO
EDITORES

Copyright © 2019 Paixão Editores

1ª Edição – Agosto de 2019

P498e Petry, Alexandre Torres
Ecologia de saberes jurídicos: educação
jurídica reflexiva, crítica e focada nos direitos humanos
/ Alexandre Torres Petry. – Porto Alegre : Paixão, 2019.

15.5x22.5 cm. : 336p.
ISBN 978-85-60392-60-5

1. Direitos humanos. 2. Acesso à Justiça.
3. Educação jurídica. I. Título.

CDU 342.7

Catálogo na publicação: Leandro Augusto dos Santos Lima –
CRB 10/1273

1163662

Capa: Giselle Vargas

Projeto Gráfico: Rosane Guedes

Todos os direitos reservados. É expressamente proibida
a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio
ou processo, sem a prévia autorização do editor.
(Lei 9.610, de 19.02.1998 - DOU 20.02.98)


PAIXÃO
EDITORES
EDITORA IMPRESSA E DIGITAL

PAIXÃO EDITORES LTDA.
CNPJ 94.352.432/0001-05
Diretora: Ana Maria C. Paixão
Alameda Coelho Neto, 20 sl. 409
Porto Alegre RS 91340-340
+55 51 3332.7474
paixaoeditores@paixaoeditores.com
www.paixaoeditores.com

SUMÁRIO



15	1	Introdução
21	2	O surgimento e o desenvolvimento dos cursos jurídicos no Brasil
31	2.1	Por que associar a educação jurídica à educação superior?
35	3	O surgimento e o desenvolvimento da universidade e da educação superior no Brasil
39	3.1	A função da universidade brasileira
43	3.2	O processo de mercantilização da universidade e suas consequências
47	3.3	Produtivismo acadêmico e a (não) qualidade da pesquisa
49	3.4	O papel fundamental da avaliação para o desenvolvimento da universidade
52	3.5	A universidade comprometida com a educação em e para os direitos humanos
55	4	A Universidade de Coimbra como a raiz do ensino jurídico brasileiro
56	4.1	História e desenvolvimento da Universidade de Coimbra
63	4.2	A influência da Universidade de Coimbra sobre o Brasil
66	4.3	A nova Faculdade de Direito a partir de 1836 e a sua evolução até o século XXI

79	5	O curso de Licenciatura em Direito da Universidade de Coimbra
103	6	Comparações entre a educação jurídica da FDUC e a realidade da educação jurídica brasileira
104	6.1	O contexto atual da educação jurídica brasileira
112	6.2	Aproximações e diferenciações entre a FDUC e a educação jurídica brasileira
121	7	A educação jurídica brasileira em colapso (?)
122	7.1	Cursos jurídicos: da elitização à popularização
126	7.2	A educação jurídica está em crise?
140	7.3	A "oabetização" da educação jurídica
160	7.4	A falta de formação e a precarização da profissão docente
163	7.5	A regulação da educação jurídica e a crença nas mudanças por alterações legislativas
183	7.6	As atuais Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Direito (Resolução CNE/CES nº 5/2018)
195	7.7	A (não) cultura dos direitos humanos na educação jurídica
201	7.8	A inobservância da Resolução nº 1/2012 do CNE
205	8	Repensando a educação jurídica
206	8.1	Considerações sobre a educação jurídica na Europa
208	8.2	Os tipos de educação jurídica
216	8.3	A atual e necessária Reforma de Córdoba
221	8.4	A educação jurídica com os pés e o olhar para a América Latina: em busca da real integração
234	8.5	A necessária extensão ao contrário na educação jurídica

- 239** 8.6 Pesquisa-ação na educação jurídica
- 241** 8.7 Coraçonando a educação jurídica
- 243** 8.8 A necessária interdisciplinaridade na educação jurídica
- 247** 8.9 Professores profissionais, cientes da sua função emancipatória e praticando novas metodologias
- 252** 8.10 Exemplos de boas práticas na educação jurídica
- 259** **9 Novos paradigmas para a educação jurídica brasileira**
- 260** 9.1 A centralidade dos direitos humanos na educação jurídica
- 267** 9.2 A necessária incorporação dos postulados de Paulo Freire à educação jurídica
- 271** 9.3 A educação jurídica comprometida com a transformação social
- 273** 9.4 A ecologia de saberes jurídicos como forma de prática da educação jurídica
- 279** **10 Ecologia de justiças e de direitos: uma possível proposta para a educação jurídica brasileira**
- 282** 10.1 O pensamento jurídico abissal
- 284** 10.2 Epistemologias do Sul e a sociologia jurídica das ausências e das emergências
- 292** 10.3 Descolonizando o Direito: do pluralismo jurídico à ecologia de justiças
- 297** 10.4 Ampliando os horizontes por uma educação jurídica plural e inclusiva: a ecologia de justiças e de direitos
- 307** **11 Considerações finais**
- 313** **Referências**